



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GABRIELA LETÍCIA M. DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Miracema do Tocantins, TO
2022**

Gabriela Letícia M. dos Santos

Considerações acerca da Educação de Jovens e Adultos

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - *Campus* de Miracema – para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob orientação do Prof. Dr.º. Antonio Miranda de Oliveira.

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

S237c Santos, Gabriela Leticia M. dos.
Considerações acerca da Educação de Jovens e Adultos. /
Gabriela Leticia M. dos Santos. – Miracema, TO, 2022.
45 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
Orientador: Antônio Miranda de Oliveira

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Exclusão social. 3. Cultura.
4. Método Paul Freire. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIELA LETÍCIA M. DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - *Campus* de Miracema – para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob orientação do Profº. Drº. Antonio Miranda de Oliveira.

Data de aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira – Orientador – UFT.

Profª. Drª. Layanna Giordana B. Lima – Avaliadora – UFT.

Profª. Esp. Rafaela Belém Feitosa – Avaliadora – SEMED Porto Nacional

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela vida, aos meus professores especialmente ao Prof. Dr. Domingos que me ajudou em boa parte da minha monografia, e ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Miranda que me ajudou a concluí-la, não poderia deixar de agradecer a minha família, que é a minha base e que me motiva a ir atrás dos meus objetivos, e que eu sei que ficarão orgulhosos por eu concluir essa etapa importante na minha vida, que é apenas o começo. Nessa trajetória acadêmica fui privilegiada por ter tido a sorte de ter meu grupinho sempre presente, composto por duas amigas de infância (Andressa e Karinne) e outra que a faculdade me deu de presente (Denise) grata por termos sobrevivido ao estresse dos trabalhos em grupo.

Foram muitos altos e baixos no decorrer desses anos, principalmente com a pandemia, foi um momento complicado, onde tivemos que abrir mão de algumas coisas em prol da nossa saúde. Confesso que pensei em desistir em alguns momentos, mas fui mais forte que qualquer momento ruim que passei, me fizeram mais forte. Estou grata e ansiosa para saber o que vem pela frente. Uma pós? Um Mestrado? Doutorado? Não sei, mas se Deus me permitir, será mais um desafio que irei enfrentar e concluir.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (Paulo Freire).

RESUMO

O presente estudo é a monografia de conclusão do Curso de Pedagogia. Seu objetivo principal foi realizar leituras e reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos. Do ponto de vista metodológico realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, amparada em autores que debatem a temática e organizada em três seções. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinado a jovens e adultos que não tiveram acesso ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino na idade própria. É ofertada a jovens a partir dos 15 anos de idade, pelos órgãos responsáveis de forma presencial ou a distância. Compreendemos que a EJA – educação de jovens e adultos apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema de exclusão social. É importante no trabalho com EJA pensar a educação como um fenômeno cultural, de suma importância na formação do processo educativo, pois, como sabemos, sem cultura não há educação. Por meio da sociedade, a cultura se manifesta como um meio de reprodução da cultura.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos. Exclusão social. Cultura.

ABSTRACT

The present study is the conclusion monograph of the Pedagogy Course. Your main objective was to carry out readings and reflections about the Education of Young People and Adults. From the methodological point of view, a qualitative research was carried out, bibliographic character, supported by authors who debate the theme and organized in three sections. Youth and Adult Education is a teaching modality aimed at young people and adults who have not had access or who for some reason cannot were able to complete their education at the proper age. It is offered to young people from the age of 15 of age, by Organs responsible bodies, in person or at a distance. We understand that EJA – youth and adult education has many challenges, mainly because it is an alternative to minimize the problem of social exclusion. It is important in working with EJA to think about education as a cultural phenomenon, of paramount importance in the formation of the educational process, because, as we know, without culture there is no education. Through society, culture manifests itself as a means of reproduction of culture.

Keywords: Youth and Adult Education social. Exclusion. Culture.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 | HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL | 10 |
| 2.1 | Considerações acerca da Educação de Jovens e Adultos | 11 |
| 3 | A EJA E SUA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL | 20 |
| 4 | TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA TRABALHAR COM A EJA | 26 |
| 4.1 | As tendências pedagógicas..... | 26 |
| 4.2 | Formação do professor para trabalhar com a EJA..... | 34 |
| 4.3 | Perspectiva freiriana para trabalhar com EJA: o ABC do método | 37 |
| 4.3.1 | O trabalho sobre a fala: as palavras geradoras | 40 |
| 4.3.2 | A dimensão mais ampla: o tema gerador | 41 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| | REFERÊNCIAS | 44 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é a monografia de conclusão do Curso de Pedagogia. Seu objetivo principal foi realizar leituras e reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos.

É muito importante ter clareza de que o homem é um ser social, apto a aprender, e que através da educação forma sua identidade, ideologia e o seu modo de vida. Mesmo com os percalços dessa modalidade, a EJA é importante neste processo.

A experiência e o debate da educação de jovens e adultos não são novos no Brasil, assim como os problemas de dificuldade de acesso à educação para grande parte da população brasileira.

A EJA - educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino destinado a jovens e adultos que não tiveram acesso ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino na idade própria. É ofertada a jovens a partir dos 15 anos de idade, pelos órgãos responsáveis de forma presencial ou a distância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.304, de 1996, no artigo 37, traz uma preocupação muito grande em garantir a continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade na idade própria. O parecer CEB/2000 regulamentou “as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” (CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.), define que a EJA não possui mais a função de suprir somente a escolaridade perdida, mas sim a função reparadora, qualificadora e equalizadora, e é garantida dessa forma na legislação.

Compreendemos que a EJA – educação de jovens e adultos apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema de exclusão social.

Ainda na década de 90 surgiram várias iniciativas em prol da Educação de Jovens e Adultos, o governo juntamente com os municípios participaram desta política, onde contaram com a participação de ONG's, municípios, universidades etc.

Com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (Lei 9394/96) o Estado ampliou seu dever com a Educação de jovens e adultos. De acordo com o artigo 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito,

assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso a idade própria; ”

Do ponto de vista metodológico realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, amparado em autores que debatem a temática e organizada em três seções, antecedidas dessa introdução e seguida das considerações finais.

Na primeira, apresentou-se um histórico da EJA, seguido de algumas reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos. Na segunda seção, buscou-se a fundamentação legal da Educação de Jovens e Adultos, mostrando o movimento da organização do estado para responder de forma normativa às demandas da sociedade por EJA. Na terceira e última seção, apresentam-se os resultados de nossas leituras sobre as tendências pedagógicas e seus impactos para a formação do professor que trabalha com EJA. Conclui-se esta seção com a apresentação de alguns elementos da perspectiva freiriana para trabalhar com EJA.

2 HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A Educação de jovens e adultos (EJA) tem seu início no Brasil desde a época de sua colonização com os Jesuítas por volta de 1549, que tinha o objetivo de catequizar os indígenas propagando a fé cristã. Nesse período apenas os ricos tinham condições e acesso ao conhecimento. Dessa forma, foi alvo de muitas críticas durante o seu desenvolvimento, pois, a classe dominante queria se sobressair perante os mais pobres, e não queriam que essas pessoas tivessem o mesmo privilégio. Deste modo, a criação da EJA é marcada pela autoridade que a classe dominante tinha sobre a classe dominada.

Essa modalidade passou por diversos momentos que obteve grandes significados político-sociais para a sua criação. Houveram muitos avanços, porém, seguidos de muitos retrocessos. Porém, somente nos anos 40 que passou a ser considerada como um “sistema diferenciado e significativo” na educação brasileira. Que ocorreu por conta da necessidade de qualificar a mão de obra, no processo de industrialização e de aumentar a base eleitoral já que, o voto era apenas para homens alfabetizados.

Paulo Freire foi o responsável em desenvolver o programa nacional de alfabetização de adultos, ocorrido na década de 60, onde defendia uma educação libertária. Freire é considerado o precursor da educação de jovens e adultos, preocupava-se com a formação crítica dos educandos e lutava contra a educação elitista da época, a fim de obter uma educação democrática e libertadora.

Entretanto, com o golpe militar ele foi visto como ameaça ao regime, as suas propostas foram descartadas, pois, o interesse da alfabetização era somente pela mão de obra, a educação não era o foco, não era importante. Dessa forma, adotou-se a proposta de educação de caráter tecnicista.

Nesse mesmo período é lançado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que na década de 70 espalhou-se em todo o território nacional. Porém, em 1985 foi abolido dando lugar a Fundação Educar, que coincidentemente apoiava as iniciativas do Governo. Entretanto, nos anos 90 foi extinta assim, como o movimento anterior.

Em 1990 ocorreu na Tailândia uma Conferência Mundial sobre a educação para todos com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. E no mesmo ano foi criado o Movimento de

Alfabetização conhecido pela sigla MOVA – Mais um método de Paulo Freire, que tinha o objetivo de buscar maneiras de organizar e reunir a sociedade para combater de vez o analfabetismo.

Ainda na década de 90 surgiram várias iniciativas em prol da Educação de Jovens e Adultos, o governo juntamente com os municípios participaram desta política, onde contaram com a participação de ONG's, municípios, universidades etc.

Com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei 9394/96) o Estado ampliou seu dever com a Educação de jovens e adultos. De acordo com o artigo 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso a idade própria; ”

E em 1997, ocorreu a Conferência de Hamburgo promovida pela UNESCO, na qual foi bastante comentada, pois obteve uma participação significativa de diversos parceiros e da sociedade civil. De acordo com os idealizadores, a Educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal e informal, onde, as pessoas desenvolvem suas habilidades e competências.

Já no Governo do Presidente Lula em 2003, surge o “Programa Brasil Alfabetizado” voltado para alfabetização de jovens, adultos e idosos com o sentido de promover a universalização do ensino no Brasil.

Contudo, a Educação de jovens e adultos foi primordial para que pudéssemos viver numa sociedade igualitária que ofertasse uma educação para todos, todavia, muito ainda há que se avançar com relação ao ensino da EJA, como por exemplo; torná-la prioridade, melhorar seus investimentos e criaram-se políticas públicas que atenda todas as necessidades de seu público.

2.1 Considerações acerca da Educação de Jovens e Adultos

O objetivo que perpassa esta seção versa por situarmos a discussão a respeito da Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino voltada para pessoas que por alguma circunstância não tiveram acesso à educação na idade regular.

Conforme Pinto (2010) o termo educação possui dois sentidos: o primeiro, restrito, fase referente a infância e a juventude; desta maneira, por tudo que já vimos

e por todas as mudanças ocorridas na área da educação, podemos julgá-lo como um termo ultrapassado, em visto que, exclui a educação de adultos.

O segundo, o amplo, que perpassa toda a nossa vida, de modo a adquirir e a obter conhecimentos que extrapolam a sala de aula. Neste sentido, o referido autor enfatiza, que a educação diz respeito à forma como somos vistos em sociedade, ou seja, é a partir dela que participamos do mundo coletivamente. Nessa perspectiva, “a educação é o processo pela qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 2010, p. 31).

A partir desse conceito, o autor introduz os caracteres da educação, primeiramente tratando-a como um processo e, por conseguinte, um fato histórico, tanto no seu sentido individual como no coletivo. Pois, nós seres humanos vivemos em um contínuo processo de educação, que possibilita a construção de conhecimentos e a sua transferência seja um processo inacabado, dessa forma é caracterizado como um fato histórico.

Numa sala de aula da EJA ocorre o fenômeno da diversidade, principalmente pela diferença de idade dos educandos, a cultura, e as diferentes histórias de vida, apesar de terem em comum sidos impedidos de concluir o ensino na idade correta, as mesmas coisas que os impediram, vão poder servir de bagagem no compartilhar de experiências e informações no âmbito escolar.

Ao tomarmos consciência da diversidade podemos perceber que a sociedade em que vivemos não é homogênea e sim heterogênea, em visto que cada indivíduo possui a sua própria identidade, diferenças e valores. Dessa forma, fundamenta-se na especificidade de cada sujeito e de suas histórias de vidas.

Nessa linha de pensamento, a educação é tratada como um fato existencial, ou seja, o processo no qual o ser humano se constrói socialmente estabelecendo o que classificamos como cultura, logo, diretamente relacionada com o processo de formação do ser humano.

A educação como um fenômeno cultural, é de suma importância na formação do processo educativo, pois, como sabemos, sem cultura não há educação. Por meio da sociedade, a cultura se manifesta como um meio de reprodução da cultura. “A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita”. (PINTO, 2010).

A diferença cultural e social que marca a escola e as relações humanas possibilita ao âmbito escolar um ambiente propício para a troca de conhecimentos e

experiências que o aluno traz na sua bagagem cultural, especialmente no caso dos adultos.

A educação tem como finalidade compartilhar a cultura praticada em sociedade, contudo, pode-se afirmar que a escola é um ambiente sociocultural.

A cultura é um elemento ativo nas nossas vidas, dessa forma, não existe indivíduo que não possua uma cultura, e ela se manifesta nas ações mais simples do comportamento do ser humano. Portanto, revela-se através dos interesses, hábitos e pensamentos, segundo o grupo social em que o indivíduo está inserido, incluindo conhecimentos que são passados de geração em geração. Quando relacionamos cultura e educação podemos entender que ambas estão necessariamente ligadas, uma vez que, juntas são capazes de civilizar. Dessa forma, a escola torna-se uma instituição não só educacional como cultural, onde, há uma troca e enriquecimento das culturas.

Em consonância com Pinto (2010) entendemos que não existe sociedade sem cultura e, portanto, sem educação. Frente a esse entendimento, nenhum ser humano pode ser considerado um completo ignorante, já que todos possuímos algum tipo de conhecimento. Dessa forma, o papel que a sociedade desempenha é o de mediação entre esses saberes e os que constituem a educação escolar.

Os modelos de educação dependem do processo histórico-social de cada sociedade. Pinto (2010), traz a educação no sentido dos produtos ideológicos e do processo produtor e relata que a educação é um processo inacabado por estar sempre se ampliando, e que o cidadão não pode ser considerado uma folha em branco, desta forma, o professor não é o único detentor do saber já que todo indivíduo possui conhecimentos prévios, os quais podem ser usados a favor de sua própria aprendizagem.

Quanto mais o homem adquire saber através da educação, mas ele vai sentir necessidade de aprender, adquirir novos conhecimentos. Pois, é através dessa educação que ele alcançará sua autoconsciência. E é basicamente o que os alunos da EJA necessitam, até para poderem mudarem de vida, fazendo-os refletirem sobre as suas condições.

A consciência ingênua restringe e debilita o potencial do ser humano, por ser considerada superficial, é baseada no comodismo, onde, o indivíduo torna-se um alienado e, portanto, considerado um completo ignorante e, desta forma, vive submisso. Isto acontece, uma vez que, nessa relação não existe um questionamento,

ou sequer uma investigação. Não há uma autoconsciência, o que faz com que tudo seja simplesmente aceito, ou seja, é como se ela fosse imutável, só se ver o que está diante dos seus olhos sem nenhuma necessidade de reflexão.

Outro fator é que, nesse processo somente o educador possui informações, o adulto ou a criança não possuem conhecimentos, pois, o conhecimento prévio do aluno é simplesmente ignorado, e não se leva em conta que o próprio advém de uma cultura, onde, necessariamente possui uma bagagem com outros tipos de conhecimentos que ultrapassam a sala de aula. Desta forma, Pinto (2010), caracteriza como uma fonte de equívocos, de desperdício de recursos, de intento frustrado.

Numa sala de aula da EJA os alunos já vêm dotados de uma consciência ingênua, acompanhada da sua bagagem de vida, portanto, o trabalho do docente é despertar nos educandos a consciência crítica. Mas sem ignorar a jornada e as histórias de vida dessas pessoas, pois, é através da mesma que o professor poderá estimular e dar a essas pessoas a oportunidade de poder mudar de vida por meio da educação.

A educação crítica é o oposto da ingênua, nela o professor despertará o interesse do aluno em discussões, debates, para despertar a sua capacidade interpretativa a partir de situações que podem ocorrer no cotidiano, ela nos permite enxergar e questionar o que está por trás de uma falsa realidade, na qual, não é percebida na consciência ingênua, visto que, nela não existe uma investigação.

Ainda conforme Pinto (2010), a concepção crítica, é considerada a mais eficaz através dos seus métodos e conteúdo. Por conseguinte, o educando é considerado um sabedor e um desconhecedor. Aqui, exclui-se a ideia de que o indivíduo só se educa através da educação escolar e, desta forma, começa a haver um diálogo aberto entre ambos, com troca de conhecimentos.

Com base no exposto, é de suma importância a realização de uma educação crítica, para que os sujeitos tomem consciência acerca de si próprios e do mundo em que vivem, de modo a participarem efetivamente na sociedade, sem que se sintam excluídos, por acharem que merecem menos, ou assim se encontrarem, por não terem tido a mesma oportunidade que outros.

O papel do professor a partir da perspectiva crítica é basicamente contribuir para que o aluno se torne um ser crítico, que tenha noção de consciência, que questione, investigue, discuta, debata e etc. Uma forma de fazer com que isso se torne real, é o professor desenvolver, junto aos discentes, a crítica fundamentada da

realidade concreta. O educador que trabalha a concepção crítica deverá estar comprometido com os princípios de democratização.

O desenvolvimento de uma cultura crítica está ligado à experiência, especialmente o saber. Ter consciência crítica é saber que podemos intervir e participar das transformações que ocorrem na nossa sociedade.

A concepção crítica é uma aposta para superarmos a concepção ingênua. O objetivo torna-se então o de formalizá-la. A concepção ingênua favorece à manutenção da ideologia dominante que se assenta no pressuposto da desigualdade. Com isto, torna-se fator de empecilho desenvolver a criticidade sem o entendimento da condição ingênua dos indivíduos e o trabalho consciente e propositivo na direção da perspectiva crítica, voltada para a emancipação da sociedade como um todo.

Na Educação de Jovens e Adultos a concepção crítica é algo indispensável, uma vez que, esses alunos mais que os outros necessitam de uma educação especial e transformadora que os façam ter uma consciência de mundo tornando-os sujeitos críticos, com autonomia e capazes de reconhecerem seus direitos e lutarem por eles.

Dessa forma, dando seguimento aos pensamentos do autor, a princípio, aborda a importância da educação infantil e da educação de adultos e o valor de ambas na vida do homem. Onde traz uma análise das características que distinguem a tarefa geral da educação.

Pinto (2010) destaca que a educação de adultos é um processo pedagógico distinto do processo infantil, uma vez que, o que diferencia uma modalidade da outra não são os conteúdos, métodos ou técnicas de ensinar, mas sim os interesses de cunho sócio, político e cultural que se tem quando se alfabetiza crianças e adultos. Desta forma, a distinção entre ambas se dá também em relação ao desenvolvimento fisiológico e psicológico do indivíduo.

Assim, em consonância com pensamento de Pinto (2010), não se deve reduzir o adulto a uma criança e muito menos tratar a criança como adulto. Não podemos pensar na formação da criança visando-a como adulto, mesmo que seja isso que está destinada a se tornar, porém, é importante trabalhar de fato cada fase de uma vez, para que futuramente não ocorra equívocos. Desta maneira, podemos entender que a diferença de idades se passa pela diferença de experiências acumuladas.

A Educação de Jovens e Adultos é composta por uma clientela de pessoas que por algum motivo tiveram que parar com os estudos ou até mesmo nem ter começado, possuem mais experiências de vida que os demais, e dessa maneira, por estarem

atrasados na questão do ensino escolar, em relação aos outros, precisam de formas de ensinar diferentes, voltadas no seu dia-a-dia, nas coisas que vivenciam.

A multidimensão do processo educativo, Pinto (2010), tanto na educação infantil como na juvenil e a de adultos, não se pode obter um único e restrito compartimento do saber. Portanto, a educação é de natureza difusa, ou seja, não poderá ser limitada. Desta forma, ambas não têm um termo definido por completo e lutam por dignas condições de vida e propagação da cultura.

Contudo, podemos perceber que a educação infantil e a de adultos possuem as suas diferenças, principalmente nos processos pedagógicos de cada etapa de ensino. E quais a importância de ambas na vida do homem. A educação é vista como uma tarefa social que nada está isenta a ela, e trata-se de um trabalho contínuo que acontece durante toda a vida do ser humano.

Fica claro que a alfabetização de adultos é um processo pedagógico qualitativamente distinto do infantil, e o que diferencia ambos não são os conteúdos e métodos, mas, os interesses sócio, político e cultural de quando se educa a criança ou um adulto. Importa reiterar que não se pode reduzir o adulto a uma criança, nem tão pouco tratar a criança como um adulto.

Por conseguinte, o autor relaciona de forma reflexiva o estudo particular do problema da educação de adultos, discutindo a realidade social do indivíduo e as suas condições enquanto trabalhador e o conjunto de conhecimentos básicos que possui. Onde, por serem indivíduos adultos tendem a contribuir mais com a sociedade, pelo fato de somar e produzir mais no processo educativo que pertencem. Porém, é fato que isso ocorre dependendo das condições do adulto, pois, de acordo com Pinto (2010), só se pode fazê-lo nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontra; que determina as possibilidades e circunstâncias materiais, econômicas, culturais de seu trabalho, ou seja, que neste sentido trabalha sobre ele.

Com a mesma intensidade em que a sociedade vai se desenvolvendo, a precisão da educação de adultos vai se tornando cada vez mais essencial e indispensável. Pois, segundo o autor eles já estão agindo como educados, porém, não necessariamente em forma alfabetizada, escolarizada. Conclui-se, que tudo isso não passa de uma exigência econômica, porque na verdade essa pressa em educa-los não é de fato para criarmos um conhecimento já existente e sim, para permitir níveis culturais mais altos.

Segundo Pinto (2010), a educação de adultos não deverá ocorrer afastada da educação da criança. Na qual, por sua vez, deve ser concomitante à primeira, ressaltando que é um erro condenar o adulto a condição de iletrado e apenas investir recursos na alfabetização das crianças. Na qual, implica que o adulto é culpado pela sua própria ausência de conhecimento, de experiência escolar e sabemos que não é bem assim.

Desta forma, para lidarmos com a educação de adultos é necessário considerarmos a sua condição de ser pensante e levarmos em conta às suas experiências. O adulto sendo parte da sociedade é responsável pela força de produção para manutenção dessa sociedade. O educador não deve se sobrepor aos demais (analfabetos), deve sempre agir de forma que eles não se sintam inferiores e que não fiquem retraídos. Para isso, deve-se fazer uso da consciência crítica e abolir a arrogância por parte do educador. A educação de adultos torna-se indispensável para o avanço do processo educacional. O autor ressalta também às camadas iletradas da população, onde tendem a serem mais homogêneas de acordo com as condições em que vivem.

Na Educação de Jovens e Adultos o professor terá de fazer uso de metodologias que facilitem a vida dos educandos e que os motivem a permanecer na sala de aula, conciliando as atividades com algo comum no dia a dia dessas pessoas. Dessa forma, ao aplicarem conteúdo sem ao menos conhecer a realidade desses alunos, e tentar conciliar a mesma nesse processo estará fazendo que mais uma vez tenham que abandonar a escola e a oportunidade de mudar de condição, pois, até mesmo por questões de sobrevivência nos tempos atuais, é preciso ter conhecimento do básico ao menos.

O adulto analfabeto ignora o infinito, que basicamente são os conhecimentos que os definem como iletrados, que são as causas e condições de atraso cultural e de pobreza. Portanto, cabe ao educador sobrepor um método crítico para a educação de adultos tornando os educandos seres capazes de desenvolver a criticidade e consciência de mundo, fazendo-os descobrir o que causa o seu atraso cultural e material. Uma vez que, necessitam entender elementos fundamentais do saber letrado, como: as primeiras letras, a escrita, os rudimentos da matemática. É necessário aprender a totalidade do saber existente em seu tempo.

Conforme Pinto (2010), ao ensinar as primeiras letras ao adulto, a sociedade estará abrindo as portas para suas exigências educacionais futuras.

O método nesta fase é algo muito mais complicado que na própria educação infantil, pois, trata-se de educar indivíduos que já são dotados de uma consciência formada mesmo que ingênua, com costumes de vida e condições de trabalhos que não podem ser modificados. O objetivo do método é despertar a consciência crítica de sua realidade total como ser humano e do lugar em que vive, e fazer com que tenham uma noção clara de sua participação na sociedade a partir do trabalho que executa assim como os direitos e deveres que também possuem para com os outros.

O método não deve ser algo imposto ao educando, mas sim, criado por ele a partir do convívio do trabalho educativo entre ambos. Desta forma Pinto (2010) destaca que o conteúdo da instrução não deve ser imposto e sim proposto pelo professor como adequado às etapas do processo de autoconsciência crescente do aluno, e justificado como saber corrente (nos diversos ramos da ciência) pelas possibilidades que oferece de domínio da natureza, de contribuição para melhorar as condições de vida do homem.

O autor enfatiza e esclarece a falsa e ingênua concepção que considera o adulto analfabeto como uma criança que foi interrompida de desenvolver-se culturalmente, e dessa forma considera o adulto como um “atrasado”. É considerado um dos mais graves erros pedagógicos uma vez que, aplica ao adulto métodos impróprios como os mesmos que são aplicados a crianças, um exemplo claro disso são as cartilhas que são utilizadas na infância.

O educador ingênuo recusa-se a ver no indivíduo analfabeto um adulto que possui algum conhecimento, e dessa forma classifica o analfabetismo como uma anormalidade e não como um dos elementos presentes no processo de desenvolvimento nacional. Desta forma, enquanto educadores continuarem com esse pensamento não haverá uma resolução do problema do analfabetismo. Por consonância com Pinto (2010), o analfabetismo é de fato uma deficiência culturalmente grave, mas que nada tem de sociologicamente anormal.

Portanto, se faz necessário professores críticos e capazes de despertar a consciência crítica desses alunos, promovendo a igualdade e a oportunidade de tornamos o mundo um lugar melhor e com menos desigualdade, pois, somente a partir da consciência crítica somos capazes de estarmos cientes de nossos direitos, e dessa forma, lutarmos por eles.

Obviamente que também compreendemos que no processo de desenvolvimento de uma educação de jovens e adultos voltada para o enfrentamento

do problema crônico do analfabetismo no Brasil, não se pode colocar todo o peso da responsabilidade desse processo nas costas dos educadores e dos possíveis estudantes. É fundamental ter clareza de que também se faz necessário a defesa e a existência de políticas públicas voltadas para a solução dessa problemática.

Daí a importância de buscarmos na legislação educacional elementos que contribuam e que vem sendo usados para mediar o trabalho com a educação de jovens e adultos. É o que vamos verificar na próxima seção, tomando como referencial o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996; alguns artigos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

3 A EJA E SUA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação educacional é sempre um mecanismo importante de regulação da oferta e do desenvolvimento da educação em nossa sociedade. Nesta seção pretende-se expor a legislação da Educação de jovens e adultos (EJA), e assim, portanto, a importância dessa legislação para o atual contexto da nossa educação brasileira.

Por conta do processo de redemocratização do país o campo da educação passou por diversas mudanças, e a educação de jovens e adultos também teve suas batalhas, dessa forma, vários combates foram travados com o objetivo de estabelecer a Educação de Jovens e Adultos como política pública. A Educação de Jovens e Adultos tem sua história marcada pela exclusão de quem não fazia parte da elite, pobres, negros etc. E dessa forma, eram esquecidos socialmente, principalmente do processo de escolarização. A EJA foi criada com o intuito de oferecer possibilidades educativas junto à elevação da escolaridade para indivíduos jovens e adultos que foram privados de terem essa oportunidade na idade própria.

Neste sentido, é uma modalidade de educação que nasceu da resistência das lutas dos mais pobres pelo direito à educação, no contexto da conquista de direitos sociais, presentes na Constituição Federal de 1988 e posteriormente confirmados na LDB em 1996. Sabemos que a efetividade desses direitos perpassa inúmeras dificuldades, e as políticas públicas, dessa área foram construídas principalmente com base em campanhas de alfabetização.

O artigo primeiro da CF/88 aponta que o Brasil é um país democrático e que tem alguns princípios fundamentais que são necessários para que possamos viver um estado de direito democrático:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I—a soberania; II—a cidadania; III—a dignidade da pessoa humana; IV—os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V—o pluralismo político. (BRASIL, 1988).

Ainda tomando como referência o texto da Constituição Federal, em seu **Art. 205 define** “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho”. E no Art. 206, coloca princípios importantes para se pensar a questão da educação de jovens e adultos.

I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V–valorização dos profissionais da educação escolar garantidos;
 I–igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988).

Outro documento legal importante sobre a EJA é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, n.º 9.394/96), que foi um marco importante na história dos direitos sociais no Brasil como estado Democrático de Direito. Essa Lei, no seu artigo 37, contempla a EJA como modalidade da Educação Básica, onde, ressalta sua identidade própria, determinando que a Educação de jovens e adultos com público alvo “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. O que diz a LDB em seu artigo 37 e os incisos tem se constituído em elemento importante para a oferta de educação de jovens e adultos pelos estados e municípios.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996).

Em seu parágrafo 1º do artigo referido, salienta-se que é responsabilidade da EJA conceder oportunidades educacionais apropriadas, levando em conta principalmente as características do seu educando, os seus interesses e suas condições de vida e trabalho, uma vez que, como sociedade temos o dever de reparar

essa dívida social, para com aqueles que por alguma circunstância, não iniciaram ou interromperam sua trajetória escolar, contanto, não tiveram as mesmas oportunidades. O mesmo assegura o inciso I, do artigo 208 da Constituição Federal, onde diz “o poder público assegura, por imperativo constitucional, sua oferta gratuita, inclusive, para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Dando prosseguimento as questões acerca das leis que regem à Educação de jovens e adultos, a LDB, no seu artigo 38 e seus incisos que determinam que estas oportunidades educacionais se darão por meio de cursos e exames supletivos que integrarão a base nacional comum curricular.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, a lei estabelece que os exames referentes a este artigo serão designados aos educandos com conhecimentos e habilidades adquiridos por meios informais. Estes conhecimentos podem ser analisados e reconhecidos através de exames, nos quais poderão ser realizados no nível de conclusão do Ensino Fundamental para os maiores de quinze anos e no nível de conclusão do Ensino Médio para os maiores de dezoito anos.

Desta forma, a LDB/1996 assume a Educação Básica como política pública e deixa de ser considerada apenas como projeto governamental e passa a promover o seu desenvolvimento, respeitando o constante na Constituição Federal.

Com a promulgação da LDB/1996 consolidou-se o artigo 205 da Constituição Federal, onde diz que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como educadores é preciso estar atento aos documentos de âmbito federal, instituídos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica (CEB) que determinam as diretrizes vigentes para a EJA. Atualmente os documentos oficiais que orientam o funcionamento institucional,

curricular e pedagógico dessa modalidade, são, além da Lei 9394/96 (LDB), artigos 37 e 38; são;

- Parecer CNE/CEB n.º 11, de 10 de maio de 2000, que esclarece aspectos da LDBEN, amplia o sentido da EJA para além da escolarização devida como direito a todos os cidadãos, para assumir a concepção de educação continuada, que se faz ao longo da vida, e contempla novos sentidos para a EJA pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora.
- A Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05 de julho de 2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), as quais estabelecem os princípios que regem a EJA. (BRASIL, 1996).

O texto foi dividido em duas partes

- I- Relatório e voto do relator
- I- Introdução
- II- Fundamentos e funções da EJA
- III- Bases legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

de Jovens adultos

- IV- Educação de Jovens e Adultos - Hoje
- V- Bases históricas da Educação de jovens e Adultos no Brasil
- VI- Iniciativas públicas e privadas
- VIII- Alguns indicadores estatísticos da situação da EJA
- Formação docente para a formação para a educação de jovens e adultos
- IX- As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e

adultos

- X- O direito a educação
- II- A decisão da câmara

A Câmara de Educação Básica acompanha o voto do relator na sala das sessões, em 10 de maio de 2000 pelos Conselheiros Francisco Aparecido Cordão (Presidente) e por Raquel Figueiredo Teixeira (Vice-presidente)

- Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05 de julho de 2000.

O Parecer CNE/CEB n.º 11, aprovada em 10 de maio de 2000, tendo como objetivo assegurar o pleno exercício desse direito à educação para todos, nos documentos legais em que foi constituído e instituído. No princípio do parecer, constam reflexões sobre o quadro socioeducacional brasileiro que seguia reproduzindo excluídos, ou seja, jovens e adultos com atrasos ou sem a escolaridade

obrigatória. Onde, refere-se aos objetivos, fundamentos e as funções da EJA, estrutura, currículo e a formação docente, onde, com toda a contextualização histórica da Educação de jovens e adultos, fundamenta as Diretrizes Curriculares para essa modalidade de ensino. As orientações prescritas na Lei da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para a Educação de jovens e adultos, são determinantes para o funcionamento das práticas pedagógicas.

A Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05 de julho de 2000 destaca a necessidade de um modelo pedagógico próprio para a modalidade, considerando os perfis dos alunos, as faixas etárias e os princípios da equidade e diferença, buscando a igualdade de direitos e o respeito às diferenças nos processos de formação.

A Educação de Jovens e Adultos apresenta-nos as seguintes funcionalidades, de acordo com suas Diretrizes Curriculares:

A função reparadora da EJA refere-se à possibilidade de acesso ao ensino fundamental e médio de qualidade a todos aqueles que foram privados desse direito na idade própria. Baseia-se no princípio da escola democrática entendida como um serviço público, direito de todos e dever do Estado no sentido de promover a igualdade de oportunidades que conduzam ao pleno exercício da cidadania.

A função equalizadora da EJA permite o retorno ao sistema educacional de segmentos específicos da sociedade como donas de casa, migrantes, trabalhadores rurais, aposentados e encarcerados que tiveram sua escolaridade interrompida por diversos motivos como evasão, repetência ou outras circunstâncias desfavoráveis. Neste caso a EJA poderá abrir novos caminhos para a participação e reinserção na vida social e no mundo do trabalho.

A função qualificadora configura-se como a própria essência da EJA, numa perspectiva da educação permanente. Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzem à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

Ainda conforme a resolução de 2000 no seu artigo 6º “Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.” Portanto, deixa claro que cabe a cada sistema de ensino a tarefa de definir não só a estrutura como a

duração dos cursos da EJA, sempre respeitando as diretrizes curriculares nacionais. Esses cursos devem oferecer a essas pessoas a possibilidade de desenvolverem habilidades necessárias para a aprendizagem dos conteúdos escolares, despertando em seus alunos a consciência crítica, fazendo-os enxergar seus papéis sociais.

Conforme dita o art. 62 da LDB/1996, o professor para atuar na EJA precisará de nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, entre outras. Dessa forma, a Educação de jovens e adultos necessita de professores preparados e capacitados. Assim como determina o art. 61 dessa mesma lei, que relata que a formação de profissionais da educação tem o dever de atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidade de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do discente. Portanto, a formação desses professores exige que se façam cumprir os preceitos legais, fazendo com que se solucione os desafios dessa modalidade.

Portanto, esses documentos têm como objetivo fundamentar conceitualmente a Educação de jovens e adultos, salientando a obrigatoriedade da Educação Básica como direito subjetivo.

4 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA TRABALHAR COM A EJA

4.1 As tendências pedagógicas

Nesta seção nosso objetivo é apresentar algumas reflexões que fizemos a partir do debate das tendências pedagógicas e buscando fazer uma articulação com a EJA. As tendências pedagógicas são de suma importância para a educação, principalmente quando se trata das propostas pedagógicas e práticas docentes.

Conhecer essas tendências, pô-las em prática, contribuirá para uma educação de qualidade, servindo como um instrumento para o professor analisar como anda a sua prática em sala de aula, orientando-o a partir de metodologias com o objetivo de materializar o procedimento de ensino e aprendizagem. Embora, ainda seja bastante comum observamos que muitos docentes ainda baseiem suas práticas em métodos de ensino que já foram considerados ultrapassados, mesmo com toda a evolução na área da educação. Seja por medo ou até mesmo por terem se acomodados e não estarem abertos a novas experiências, ao novo.

Pedagogia Liberal

Essa é uma perspectiva de pensar e defender uma educação que luta pela conservação da sociedade como está. Ou seja, o liberal é sem sentido democrático. Acredita que a função da escola é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. Desta forma, o educando é ensinado de forma que atinja suas realizações com o seu próprio esforço. Assim, não se levam em conta as diferenças de classes sociais, e a própria prática escolar não possui relação alguma com o dia a dia do aluno. Acredita-se que a capacidade de absorção da criança é a mesma que a do adulto, não levando em conta as características importantes de cada fase.

Portanto, para atender os desejos da burguesia essa pedagogia foi denominada “liberal”, pois de fato, atendiam aos interesses liberais e econômicos de uma classe dominante. Contudo, busca preparar o sujeito para a sua vida em sociedade, adaptando-o ao modelo de sociedade existente, de uma forma que atenda às suas próprias exigências. Onde, está dividida em quatro grupos; Tradicional, Renovada progressivista, Renovada não-diretiva e Tecnicista.

Tradicional

Surgiu com os jesuítas que foram os primeiros educadores do Brasil. A figura principal dessa tendência é o professor, ele é o centro e o único detentor do saber, é marcada pelo autoritarismo e o método utilizado é o da repetição e memorização mecânica. Desse modo, essa tendência não se preocupa em instigar seus alunos, muito menos trabalhar conteúdos próximos da sua realidade, são valores e conhecimentos que foram adquiridos ao longo do tempo, e dessa forma, são repassados como verdade absoluta, tornando-os apenas meros reprodutores. Além de, não se levar em conta as características de cada idade, acreditando que as crianças e adultos possuem a mesma capacidade de compreensão, apenas de forma menos desenvolvida.

Os considerados bons alunos na pedagogia tradicional, são aqueles que apenas decoram os conteúdos, respondem as atividades, provas, trabalhos e etc, apenas reproduzindo o que lhes foram passados, sem crítica ou curiosidade alguma. Acredita-se que o aluno não possui conhecimentos, dessa forma, entende que o professor está numa posição de superioridade em sua relação. E considera-se que o caminho da educação é igual para todos, deixando de lado e ignorando as desigualdades sociais.

Renovada progressivista

Teve seu início no começo do século XIX e começo do século XX. É o oposto da tradicional, seu lema é “aprender fazendo” os métodos utilizados são as pesquisas, projetos e experiências. Uma vez que, o professor deixa de ser o centro para auxiliar os alunos para que tenham uma autoaprendizagem, e os trabalhos em grupos são bastante valorizados.

Esta, entende que as experiências de aprendizagem devem satisfazer a necessidade de aprender do discente, na qual, precisa se desenvolver sozinho, no sentido de uma autoaprendizagem, onde, o professor passa a ser nesse contexto, um apoio. Portanto, cabe a escola adequar-se as especificidades individuais quanto ao meio social, suprimindo as necessidades dos alunos permitindo ao próprio, educar-se.

Renovada não-diretiva

Da mesma forma que a progressista, desenvolvida no início do século XIX e começo do século XX. Onde, o professor é um facilitador, receptível. O aluno ainda é o centro do processo educacional e o mais importante é a sua realização pessoal. Coloca um foco maior na questão psicológica e emocional do aluno, preocupando-se com a formação de valores, atitudes e sentimentos. Portanto, a aula é considerada uma terapia.

O processo educativo é entendido como algo interno e pessoal do aluno, uma vez que, a avaliação sai de foco dando lugar a uma auto avaliação. Nesse contexto, quanto mais o professor ficar distante, melhor será, todavia, sempre garantindo uma boa relação com os estudantes.

Tecnicista

Situada em meados do século XX, década de 60. Tem a função de preparar recursos humanos para mão de obra das indústrias, ressaltando a “eficiência e produtividade”, no entanto, não é o professor nem o aluno no centro e sim as técnicas. Entende-se que a educação precisa organizar um processo para que o aluno desenvolva habilidades, atitudes e conhecimentos que facilite o seu desenvolvimento no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva o aluno seguirá passo a passo a orientação do professor, uma vez que, segui-las é fundamental. O seu foco é a técnica, e o treinamento é o processo pelo qual o aluno irá aprender. Portanto, o objetivo desta, é de modelar o ser humano para produzir pessoas competentes para o mercado de trabalho.

Pedagogia progressista

Busca a transformação da sociedade, e o termo “progressista”, é no sentido de progredir para transformar a sociedade. E está dividida em três grupos, que são eles: Libertadora, Libertaria e Critico-social dos conteúdos. Ambas surgiram na década de 70 e ganharam força na década de 80.

Libertadora

Está ligada ao seu idealizador Paulo Freire, tem como objetivo a conscientização e a transformação social e propõe a formação de homens capazes de refletir sobre a sua realidade. A partir de uma educação crítica, permite o aluno questionar sua própria realidade.

O objetivo do professor é tornar os alunos seres críticos, trabalhando a constante transformação de saberes, na conexão ensino-aprendizagem. A tarefa da escola será de ajustar-se as necessidades individuais de cada aluno, dessa forma, a aprendizagem deverá ser baseada a partir de motivações e estímulos.

A educação contribui para tornar o aluno capaz de conquistar sua emancipação econômica, política, social e cultural. Os conteúdos são gerados a partir de palavras geradoras que são extraídas através da problematização oriundas do contexto onde estão inseridos.

Portanto, o importante não é mais a transmissão de conhecimentos, mas sim, o trabalho em grupo com trocas de informações entre ambos. Portanto, tanto professor como aluno como sujeitos do conhecimento, acabando de vez o autoritarismo na sala de aula.

Libertaria

Propõe a participação crítica dos alunos e o professor é um orientador. Assim como a Libertadora, ela também defende uma auto-gestão pedagógica, ou seja, o sujeito irá gerenciar o seu próprio processo de aprendizagem, escolhendo o que quer aprender. A autogestão se aplica também a escola, isto é, a escola seguirá gerida sem uma autoridade externa. É uma forma de resistência a burocracia e ao autoritarismo, nesse sentido, valoriza-se tudo que é coletivo e democrático. O objetivo é trabalhar a personalidade do aluno no sentido de liberta-lo, assim, resistindo a toda e qualquer ação dominadora do estado.

Desta forma, nessa tendência, as matérias são postas como método de ensino, porém, não há exigências, uma vez que, são vistas como um objeto mediador, pois, nessa fase o importante é o conhecimento advindo das experiências em grupo. Portanto, acredita-se que o conhecimento é adquirido através da experiência e da

vivência grupal, ficando a critério do aluno escolher o que trabalhar, já que possui essa liberdade.

Nesse sentido, o professor deve estar a serviço do aluno, mas sem imposições, passando a ser considerado como um “conselheiro”. Espera-se que a escola seja uma fonte de transformação na individualidade dos educandos, fazendo com que os alunos consigam levar para fora da escola tudo que aprenderam lá dentro.

Crítico social dos conteúdos

Essa pedagogia como o próprio nome dá a entender, tem o foco nos conteúdos, e entende que os mesmos devem ser uma arma de transformação da sociedade. Dessa forma, dá mais importância ao conteúdo, que a metodologia que será desenvolvida para aplicar esse conteúdo. Entretanto, não é qualquer conteúdo, não se pode ensinar aquilo que não faça com que o aluno seja ferramenta de mudanças para a sociedade.

Essa tendência destaca a escola como um mecanismo de preparação do aluno para o mundo adulto, por meio da aprendizagem significativa. Passa a ser mediadora entre o aluno e o social, estimulando e permitindo o acesso do aluno às atividades, visando sempre uma participação mais ativa em sala de aula.

O papel do professor não consiste em manter o ensino focado nem nele, nem no aluno. Mas sim, estabelecer uma relação de mediação pedagógica entre ambos. Valoriza o conhecimento como forma de crítica. Algumas formas de trabalhos são: análise crítica, Teoria e Prática e Experiência e saber. A aprendizagem se dará a partir do momento que o aluno superar sua visão confusa e passar a se tornar mais clara. O aluno deverá reconhecer-se nos conteúdos, de forma com que ele possa ampliar a sua própria experiência.

Essas são as principais tendências pedagógicas que ao longo da história do processo educacional brasileiro diferentes autores desenvolveram em suas análises. Compreendemos que é importante conhecer o modo como esse processo educacional ocorreu no Brasil. No entanto, o trabalho docente, bem como a institucional escolar, também é determinado, de alguma forma, pela sociedade. Por outro lado, cada docente constrói sua história e identidade no confronto com essas contradições.

A Educação de jovens e adultos foi projetada para que apesar do curto espaço de tempo, possa oferecer uma formação ampla ao seu público. Há muito tempo tem se buscado métodos e práticas educativas adequadas à realidade cultural de jovens e adultos num cenário educacional de exclusão e marginalização dos mais pobres.

Libâneo (2012, p. 22), afirma que: “A educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada”.

A EJA mais do que qualquer outra modalidade de ensino necessita das tendências pedagógicas, pois além dos alunos não contarem com material de estudo próprio e adequado para atender as suas necessidades, também não possuem professores qualificados e capacitados para atuarem nessa modalidade. E assim como as tendências pedagógicas, a EJA procura a solução de um problema que surgiu lá atrás, com uma educação que não se preocupava em formar cidadãos críticos e reflexivos, que não possuíam conhecimentos para lutar pela transformação do mundo em que vivem, que não pensavam por si próprios, eram ensinados apenas para serem mera mão de obra para o mercado de trabalho.

Deste modo, como as tendências pedagógicas, a Educação de jovens e adultos, possui as suas especificidades e enxergam nelas a transformação e o apoio que tanto necessitam e que vem lutando há muitos anos. Ambas precisam serem reconhecidas como ferramentas essenciais no processo educacional e como nunca se fazem necessárias. E ambas foram criadas com contribuições oriundas de movimentos sociais, pesquisadores, pois haviam uma necessidade de mudanças no quadro educacional do nosso país. Onde ambas também obtiveram grande influência e contribuições de renomados autores que dedicaram estudos sobre esses temas, como: Paulo Freire, Demerval Saviani, José Carlos Libâneo, e outros.

Desta forma, precisamos resinificar as práticas pedagógicas, e dar um novo olhar para as novas tendências. A nova realidade da EJA demanda que se adotem novas posturas pedagógicas e concepções de ensino. A Educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que educa alunos que já são de alguma forma sobrecarregados no dia a dia, e procuram na EJA uma chance de mudar a realidade em que vivem, dessa forma, necessitam de uma educação transformadora e de docentes que se propõe a dar o seu melhor, para que isso de alguma maneira amenize a rotina pesada desses estudantes, e que os dê esperança de um futuro melhor e mais digno.

A Educação de Jovens e Adultos, com inspiração em Paulo Freire, busca uma referência curricular, valoriza a emancipação curricular e critica a não consciência crítica. A educação progressista como prática da liberdade procura substituir o autoritarismo proveniente da escola tradicional pelo diálogo democrático.

Dessa forma, é perceptível que as tendências liberais se apresentam de modo a não compartilhar das necessidades pedagógicas que os estudantes da EJA necessitam, ao contrário das progressistas, uma vez que, o intuito dessa é por essência uma relação de “progresso”, ao passo que as ideias liberais são determinadas por paradigmas incompatíveis com a necessidade de avaliação e metodologia multicultural e diversa.

Em uma proposta de educação progressista como prática da liberdade, busca-se uma teoria curricular dialógica substituindo o autoritarismo da escola tradicional pelo o diálogo democrático nos mais variados espaços, vivências e momentos da aprendizagem. Essa aprendizagem dialógica resulta numa consciência crítica sobre si, sobre o mundo e sobre o outro.

Entende-se que a educação de Jovens e Adultos, ainda precisa passar por muitas melhorias em geral, mas principalmente, na questão da acomodação dos professores que não buscam evoluir, não procuram estarem por dentro da evolução educacional. Acabam se tornando refém da pedagogia tradicional, educando alunos incapazes de questionar, criticar, e de exercer autonomia. Tornando-os meros reprodutores, de um ensino considerado ultrapassado por muitos educadores. E é onde entram as teorias pedagógicas objetivando melhorar a qualidade de ensino que são aplicadas nas escolas, norteando o trabalho docente e o modelando segundo as suas necessidades.

Observando as relações específicas entre as tendências pedagógicas e o envolvimento escolar, os reconhecimentos das mesmas no projeto escolar, nos objetivos escolares, reforçam para orientar o trabalho pedagógico, atendendo aos interesses escolares e/ou sociais.

Diante desse cenário, professores preparados e capacitados que trabalhem para mudar esse quadro, faz muita diferença. É necessário que as políticas públicas que regulamentam a EJA sejam postas em prática, sendo essencial articular a formação de professores com as políticas educacionais, dando ênfase às especificidades da EJA. Portanto, atuar nessa modalidade exige do professor uma formação baseada em princípios teóricos conciliando teoria e prática.

Numa concepção humanista, na EJA há uma necessidade do professor se distanciar do modo tradicional, e apostar nos ideais libertadores, incluindo no ensino uma pedagogia progressista, que conscientiza para a transformação social, que educa os alunos para se tornarem sujeitos críticos, e transforma o professor em um mediador do processo e ensino, contribuindo assim para a autonomia dos estudantes.

Para Freire (1986), o educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é uma questão de métodos e técnicas. Se a Educação Libertadora fosse somente uma questão de métodos e técnicas, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas não é esse o problema. A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade.

Contudo, é importante frisar que essas tendências não aparecem de forma isolada, uma vez que, não existe uma teoria específica para todos os objetivos, mas sim, uma adequada a cada tipo, isto é, deve-se procurar analisar cada uma e ver a que melhor convém ao desempenho acadêmico. Dessa forma, a cada situação que vir a surgir, fazer uso da tendência mais adequada.

É bastante comum mesmos nos dias de hoje, com todas as transformações que houveram, que percebamos que toda a teoria sobre a EJA, de décadas e décadas, ainda continua no plano utópico, falta suporte financeiro e institucional. O que impede esses educadores de colocar a teoria em prática? O que esses profissionais apontam como impedimento para uma prática educativa coerente com a realidade cultural de seus educandos está sempre no plano material e institucional, como: a falta de material específico, a cobrança indevida da instituição: de tempo, de horário, e que por não terem tempo para refletir suas práticas, acabam usando várias tendências e com mais intensidade a tradicional.

Apesar de muitos dos educadores dessa modalidade ter o conhecimento e discurso embasado teoricamente, eles não conseguem transpô-los à sua prática didático-pedagógica, tampouco, assumirem uma postura educativa condizente com sua concepção de educação, o que é bem triste saber que por falta de um investimento tão importante, muitos professores perdem essa oportunidade, a de aprender e a de trabalhar com conhecimentos tão necessários que poderiam mudar a vida de muitos.

Estudando as tendências pedagógicas podemos perceber a importância de ambas no cenário educacional, principalmente para Educação de jovens e adultos que

por muitos e muitos anos vem batalhando para se tornar melhor. Percebemos a importância de termos professores que procuram sempre estar se atualizando, para poder oferecer aos seus alunos uma educação de qualidade, mas é claro que isso não depende só do professor, é necessário que haja suporte financeiro e institucional que depende dos governantes, do poder público principalmente.

Tanto as EJA como as tendências pedagógicas possam estar contribuindo para formar cidadãos capazes de analisar sua realidade social, histórica e cultural. Pois, ambas tiveram diversas fases de transformações e contaram com estudiosos que dedicaram suas carreiras para fazer com que isso pudesse se tornar realidade. Creio que principalmente os professores que formaram a pouco tempo ou que ainda irão formar, devam contribuir ao máximo para que isso aconteça, pois, nessa nova era precisamos mais do que nunca está por dentro de tudo o que diz respeito a melhoria da educação, principalmente se tratando de alunos que necessitam disto para poder ter esperança num futuro melhor, para eles e suas famílias.

4.2 Formação do Professor para Trabalhar com a EJA

O Educador que almeja trabalhar com a Educação de jovens e adultos antes de qualquer coisa, precisa estar preparado e ciente dos desafios que irá enfrentar, além de ter uma formação continuada. Onde, há uma necessidade de uma formação docente específica que será direcionada a EJA, além de desenvolver metodologias de acordo com a necessidade de cada discente, ou seja, buscar conhecer e criar métodos a partir da realidade desses alunos, e assim, integra-los na sala de aula, tendo em vista que é um ambiente novo para eles, portanto, acima de qualquer coisa é necessário que seja um ambiente acolhedor e que atendam às necessidades dessas pessoas.

Freire (1996, p. 70), ao falar que o professor deve conhecer a realidade do aluno, ele ressalta que é “preciso, agora, saber abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, mesmo estranho e distante dela”.

Portanto, “ao planejar as aulas, o professor da EJA, deve levar em conta, os conceitos de ensino e aprendizagem, tendo como ponto de partida os saberes dos

alunos que possam vir a proporcionar a construção e reconstrução dos conceitos e do conhecimento, dialeticamente”. (PPP; p. 13).

Dessa forma, o trabalho do professor será mediar saberes, trabalhando em conjunto com os alunos e descobrindo formas de instigar cada vez mais essas pessoas, motivando-as a continuar. Na maioria das vezes tudo que essas pessoas precisam é de uma motivação, pois, se tratam de um público de pessoas que já veem de uma realidade difícil onde precisaram abrir mão de coisas importantes, como a escolarização na idade certa, para poderem ter o básico em casa para sobreviver. Logo, a garantia do acesso desse cidadão na escola e ao ensino de qualidade, tem como finalidade desenvolver habilidades e competências para sua formação não só integral mais profissional, para que essas pessoas tenham uma oportunidade de viver melhor.

A concepção do educador moderno exige que se tenha uma formação sólida e científica, além de técnica e política, seguida de uma visão crítica e consciente que consiga avaliar o cenário atual da educação, fazendo com que todos tenham a oportunidade de repensarem a sua prática.

Portanto, se faz necessários educadores com uma formação mais ampla e atualizada, deixando para trás métodos que são considerados ultrapassados e infantis. Uma vez que, o que geralmente acontece, é confundir a educação de jovens e adultos com a alfabetização de anos iniciais. Os adultos são totalmente diferentes das crianças, apesar de não terem ingressado na escola, eles possuem a sua própria bagagem de conhecimentos prévios, que antecedem a sala de aula.

Dessa forma, o educador da EJA deve propor um ensino que possibilite um resgate a cidadania do indivíduo, aperfeiçoando técnicas pedagógicas que possibilite que esses alunos tenham uma perspectiva mais crítica de mundo, e que passem a ter interesse em participar ativamente na sociedade estando ciente do seu papel de cidadão e de seus direitos. É necessário reconhecer a diversidade, respeitar a sua heterogeneidade e promover a igualdade.

Deste modo, além de precisarem de uma qualificação específica, é importante que sejam profissionais ousados, que não meçam esforços para obterem resultados significativos. “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. (FREIRE, 1991, p. 58).

Por muito tempo os profissionais da educação ficaram refém do ensino tradicional, onde, acabaram silenciando milhares de alunos por não terem o direito de se expressar, ou ao menos questionar algo. Acabaram criando somente pessoas para atuar no mercado de trabalho, ou seja, mão de obra. E a educação acabou se tornando uma mera função social, desmotivadora e repetitiva.

Infelizmente no que diz questão a Educação de Jovens e Adultos, o ensino ainda é bastante precário, acaba não se tornando uma prioridade em relação às demais disciplinas, um exemplo simples é a questão da carga horária que é inferior às demais e acaba ficando a parte. Outra questão importante é a questão do estágio, não se preparam alunos para trabalhar na EJA, como nos anos iniciais e fundamental.

É de suma importância que o curso de pedagogia contribua efetivamente na construção desse profissional, através de políticas públicas mais efetivas, elaboradas exclusivamente para a Educação de jovens e adultos, e construídas segundo as necessidades e especificidades desse público.

Segundo Gadotti (2018) deveria investir no educador que atua na EJA, e esse merece ser construtor de propostas, ser meio de transformação entre saber e ensinar, mas isso é uma realidade que parece distante, pois quem ensina nessa modalidade enfrenta o discurso de uma função assistencialista, e por vezes não possuem aptidão para lidar com os problemas relacionados aos alunos e a limitação formativa de si mesmos.

As universidades devem proporcionar condições que possibilite que os profissionais que venham a se formar tornem-se indivíduos que pensem fora da “bolha”, que ousem e acima de tudo que sejam sujeitos críticos e reflexivos, capazes de estar sempre ampliando seu conhecimento. Segundo o que diz o documento da DCN’S da EJA:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral ne também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000, p. 56).

Portanto, além do comprometimento do educador para com a educação continuada, é necessário que as instituições, os órgãos públicos forneçam cursos que

capacitem e especializem esses profissionais. “Segundo o artigo 61 da LDB, Lei 9.394/96, no seu parágrafo 1º, “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação iniciada, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. Pois,

Muitos adolescentes, jovens adultos e idosos ingressam na EJA, trazem modelos internalizados durante suas vivências escolares ou por outras experiências. O modelo predominante é o da escola com características tradicionais, onde o educador exerce o papel de detentor do conhecimento, e o educando de receptor passivo desse conhecimento. Com base nesses modelos, muitos depositam na escola a responsabilidade pela sua aprendizagem. Há necessidade de romper com esses modelos e motivar a autonomia intelectual, a fim de que se tornem sujeitos ativos do processo educacional (PARANÁ, 2005, p. 34).

Assim sendo, a formação continuada é considerada a maior oportunidade para que ocorra uma jornada de sucesso na Educação de jovens e adultos, uma vez que, será através da mesma que os profissionais terão a chance de ampliar seus conhecimentos, construindo e reconstruindo os saberes. Para que isso ocorra é necessário que o profissional não se limite apenas à sala de aula.

4.3 Perspectiva freiriana para trabalhar com EJA: o ABC do Método

Neste item nosso objetivo é discutirmos sobre o método de alfabetização de Paulo Freire, em que consiste, num fazer realizado coletivamente, onde, o educador necessita articular o ensino com a participação dos educandos, portanto, deixaria de lado métodos oriundos de materiais prontos, tais como: cartazes, cartilhas, e cadernos de exercícios. Em razão, das mesmas trabalharem com palavras sem sentido algum e totalmente fora da realidade dos educandos. Uma vez que, ensinavam-se por meio da repetição de palavras aleatórias, feitas a partir da junção de uma vogal e uma consoante, resultando no desinteresse por aprender. Para Freire, não existe um saber pronto e acabado, mas, algo que está sempre em constante evolução.

Dessa forma Freire, propôs uma educação humanizada onde, ensinar e aprender passaria a ser uma troca entre ambos (professor e aluno) sem imposições, e, por conseguinte, abriria-se mão da educação bancária, onde somente o educador possui conhecimentos suficientes capaz de transmiti-los, a princípio, partiríamos da ideia de que é necessário trabalhar através dos conhecimentos que o aluno traz da sua vivência, Segundo Brandão (1981, p. 23):

Paulo Freire pensou que um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material de fala dele. (BRANDÃO, 1981, p. 23).

Nessa perspectiva, na visão Freiriana a educação nada mais é do que uma troca de conhecimentos, experiências e valores, contanto, não poderá de maneira alguma ser tratada de forma isolada.

Dessa forma, o desígnio desse método seria trazer à tona o conceito de que “ninguém educa ninguém, e ninguém se educa a si mesmo” (FREIRE, 1987, p. 79), ou seja, o educador assumiria seu papel de facilitador estimulando para que se aprendam uns com os outros. Portanto, Freire (1963 apud BRANDÃO, 1981 p. 10), defende que “a educação não pode ser imposta e nem feita de maneira individual”. Acredita-se que, uma das razões para a elaboração desse método era a de alfabetizar indivíduos com informações retiradas do seu cotidiano, da sua realidade.

Contudo, nesse processo deve-se procurar envolver o maior número de pessoas possíveis de um lugar, onde futuramente formarão esses estudantes. Com isso, o método é baseado no diálogo entre ambos (educador e educando) inicia-se a troca de conhecimentos, primeiramente sobre a realidade desse local. Conforme Brandão (1981, p. 11), Paulo Freire batizou essa primeira fase de “levantamento do universo vocabular” (em Educação como Prática da Liberdade) e em outras das suas obras, nomeou-as com títulos parecidos.

“De livro para livro algumas palavras mudaram, mas sempre permaneceu viva a mesma ideia: a ideia de que há um universo de fala da cultura da gente do lugar, que deve ser: investigado, pesquisado, levantado, descoberto” (BRANDÃO, 1981, p. 25).

Brandão (1981 p. 12) ressalta que, “é muito importante que, todas as vivências do lugar onde os alunos estão inseridos, deva ser considerada no processo de alfabetização”. E que para a elaboração do primeiro passo, na qual, será feito por meio de uma pesquisa de campo realizada informalmente, será necessário muita atenção e materiais para fazer as anotações, é necessário que todos se entrossem e não haverá necessidade de um roteiro, pois, não se fara uso de materiais prontos. As questões serão baseadas no cotidiano e na realidade da comunidade local a partir da sua compreensão de mundo, por isso tudo o que for dito e visto é meramente importante.

Nessa fase será colhida as primeiras palavras, frases, pensamentos e será observada as crenças e superstições da comunidade.

Por conseguinte, ainda relatando sobre a primeira fase, Cardoso apud Brandão (1981), diz que:

O contato inicial e direto que estabelecemos com a comunidade é durante a pesquisa do universo vocabular – etapa realizada no campo e que é a primeira do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos. – Não é uma pesquisa de alto rigor científico, não vamos testar nenhuma hipótese. Trata-se de uma pesquisa simples que tem como objetivo imediato a obtenção dos vocábulos mais usados pela população a se alfabetizar” (Conscientização e Alfabetização). (CARDOSO apud BRANDÃO, 1981, p. 12).

Dessa forma, conforme o autor, todas as situações de vida e de trabalho do local, podem e devem ser exploradas. Pois nesse processo, tudo que diz respeito ao povo e a comunidade é importante. Saber como cada um daquele determinado grupo compõe o seu papel, como trabalham, como se portam, como se comunicam, como se divertem, o que fazem para passar o tempo, no que acreditam etc.

Portanto, seria mais fácil trabalhar usando o nome dos objetos, materiais que as pessoas naquele determinado lugar conheciam, como por exemplo, nome dos materiais de construção, como; pedra, tijolo, cimento ou, nome dos alimentos plantados na roça, como; o milho, o feijão etc.

“A pesquisa do universo vocabular deve ser conduzida de tal forma que reduza sempre a diferença entre o pesquisador e o pesquisado”. (BRANDÃO, 1981, p. 25). Deverá haver incentivos para com os alfabetizandos, deixando de lado a pesquisa tradicional que é exatamente o contrário de como funciona esse método. Dessa forma, nessa fase serão descobertos como são os pensamentos e as falas das pessoas, nas quais se tornarão “os temas geradores falados através das palavras geradoras”. Aquelas que fazem parte do contexto do aluno.

Brandão (1981) relata que:

A partir do levantamento das “palavras” a pesquisa descobre pistas de um mundo imediato, configurado pelo repertório dos símbolos através dos quais os educandos passam para as etapas seguintes do aprendizado coletivo e solidário de uma dupla leitura: a da realidade social que se vive e da palavra escrita que a retraduz. (BRANDÃO, 1981, p. 27).

O autor enfatiza que o método apesar de apontar algumas regras ele jamais deverá impor algo, e deixa claro que sempre se é possível inovarmos sobre ele. O intuito da pesquisa do universo vocabular e temático é de enxergarmos de que forma

a nossa realidade social atua na vida e no imaginário de cada um, e de como é importante a fase das descobertas.

4.3.1 O trabalho sobre a fala: as palavras geradoras

Nesta fase já teremos pronta a primeira parte do trabalho, ou seja, o material da pesquisa. Por exemplo: decisões tomadas, pessoas já familiarizadas, falas registradas, escritas, gravadas, e guardadas na memória.

O autor destaca a importância dessas frases registradas, pois serão elas que irão descrever aquele lugar e o que se passa por lá, de lá sairá as “palavras geradoras”. Nas quais, são aquelas que servirão de base para as lições. “Quando um solitário criador de uma cartilha de alfabetização escolhe as palavras-guia para o ensino de leitura, ele lança mão de critérios puramente linguísticos que submete os pedagógicos”. (BRANDÃO, 1981, p. 30). Dessa forma, se ele optar por esse meio estará sendo taxado de autoritário por ignorar tudo que os educandos trazem de bagagem. Com o método tradicional alfabetiza-se alunos alienados que não se preocupam em questionar ou ao menos refletir sobre a sua realidade. Isto posto, Paulo Freire acredita que as palavras não servem somente como instrumento de leituras, mas, para examinarmos a realidade social.

Brandão destaca que:

as palavras necessitam servir para os dois tipos de leituras citadas acima, e que os seus critérios de escolha são três, nas quais, são eles: a riqueza fonêmica da palavra geradora; as dificuldades fonêmicas da língua; e a densidade pragmática do sentido. (BRANDÃO, 1981, p. 15).

“Mas as palavras devem também conter sentidos explícitos, diretos e é bom que eles estejam carregados de carga afetiva e de memória crítica”. (BRANDÃO, 1981, p. 32). Dessa forma, esse método é contra o uso de cartilhas, uma vez que, elas ensinam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases forçadas. Já o método de Freire estimula no alfabetizando a articular sílabas, e assim, formar palavras que são extraídas da sua própria realidade. O seu propósito é fazer com que os alunos aprendam a ler o mundo, enxergar a sua realidade para que assim, possam transformá-la. Assim que composto o universo das palavras geradoras, o primeiro passo é o de praticá-las com a presença das informações colhidas na comunidade.

4.3.2 A dimensão mais ampla: o tema gerador

“Assim como na pesquisa do universo vocabular cada palavra geradora aparece dentro de frases, de fala das pessoas, cada palavra aponta para questões, para temas: temas geradores”. (BRANDÃO, 1981, p. 37). É o ponto de partida para o desenvolvimento da construção da descoberta e são retirados da vida dos alfabetizando, o seu intuito é causar uma nova forma de relação com a prática vivida.

“Tal como no caso das palavras geradoras, os temas são colecionados sob todas as formas possíveis de material: entrevistas escritas e gravadas, dados sobre o lugar, sobre a comunidade, fotos, documentos”. (BRANDÃO, 1981, p. 39).

As palavras geradoras servem como uma ferramenta no processo de educação, ela quem irá induzir debates a partir da sua visão de mundo. Segundo o autor, o material do método de Freire já está feito, porém, nunca finalizado, uma vez que, poderá ser sempre inovado.

Em seguida, o autor cita sobre as fichas de cultura, nas quais são caracterizadas como desenhos realizados em cartazes ou transmitidos em slides. Elas servirão também, como roteiro para debates entre os alfabetizando, introduzindo ideias partindo de uma situação de vivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo é a monografia de conclusão do Curso de Pedagogia. Seu objetivo principal foi realizar leituras e reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Do ponto de vista metodológico realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, amparado em autores que debatem a temática e organizada em três seções, antecedidas da introdução e seguida dessas considerações finais.

Na primeira seção, apresentou-se um histórico da EJA, seguido de algumas reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos. Na segunda seção, buscou-se a fundamentação legal da Educação de Jovens e Adultos, mostrando o movimento da organização do estado para responder de forma normativa às demandas da sociedade por EJA. Na terceira e última seção, apresentam-se os resultados de nossas leituras sobre as tendências pedagógicas e seus impactos para a formação do professor que trabalha com EJA. Conclui-se esta seção com a apresentação de alguns elementos da perspectiva freiriana para trabalhar com EJA.

Todos sabemos que a educação é um processo complexo, onde ainda hoje em pleno século XXI, uma imensa parcela da população não tem acesso à educação, devido às condições sócio-econômicas em que se encontram, o que dificulta o acesso ao conhecimento. Por este motivo, entre outros, o índice de analfabetismo e evasão escolar ainda são altíssimos no Brasil.

Em relação ao trabalho dos educadores é preciso muito comprometimento. Aqueles que se comprometem com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem que possuir consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o professor é o estimulador, o mediador de seus alunos. Esses educadores devem ser comprometidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos incessantemente cada vez mais relacionados à realidade do público que estão trabalhando, inserindo no currículo a realidade do aluno, como destaca (FREIRE, 1999, p. 153): “Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa”.

Para este autor o método apesar de apontar algumas regras ele jamais deverá impor algo, e deixa claro que sempre é possível inovarmos sobre ele. O intuito da

pesquisa do universo vocabular e temático é de enxergarmos de que forma a nossa realidade social atua na vida e no imaginário de cada um, e de como é importante a fase das descobertas.

Compreendemos que em sala de aula da EJA ocorre o fenômeno da diversidade, principalmente pela diferença de idade dos educandos, a cultura, e as diferentes histórias de vida, apesar de terem em comum terem sido impedidos de concluir o ensino na idade correta, as mesmas coisas que os impediram, vão poder servir de bagagem no compartilhar de experiências e informações no âmbito escolar.

A consciência dessa diversidade nos ajuda a perceber que a sociedade em que vivemos não é homogênea e sim heterogênea, e que cada indivíduo possui a sua própria identidade, diferenças e valores. Dessa forma, fundamenta-se na especificidade de cada sujeito e de suas histórias de vidas.

Desse ponto de vista é importante no trabalho com EJA pensar a educação como um fenômeno cultural, de suma importância na formação do processo educativo, pois, como sabemos, sem cultura não há educação. Por meio da sociedade, a cultura se manifesta como um meio de reprodução da cultura. “A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita”. (PINTO, 2010).

A cultura é um elemento ativo nas nossas vidas, dessa forma, não existe indivíduo que não possua uma cultura, e ela se manifesta nas ações mais simples do comportamento do ser humano. Portanto, revela-se através dos interesses, hábitos e pensamentos, segundo o grupo social em que o indivíduo está inserido, incluindo conhecimentos que são passados de geração em geração. Quando relacionamos cultura e educação podemos entender que ambas estão necessariamente ligadas, uma vez que, juntas são capazes de civilizar. Dessa forma, o trabalho com educação de jovens e adultos na escola permite trocas de saberes e enriquecimento das culturas.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 23-42. - (Coleção Primeiros Passos)
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, LDB. 9394\1996. Brasília: MEC, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 35. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas**. 8.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2018. (Guia da Escola Cidadã).
- LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos Conteúdos. 27 ed. São Paulo: Loyola, 2012, p. 19-33.
- PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 1999.
- PINTO, Álvaro Vieira. Conceito de educação. In: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-43.
- PINTO, Álvaro Vieira. As concepções ingênua e crítica da educação. In: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2010. p. 61-70.
- PINTO, Álvaro Vieira. Educação infantil e educação de adultos In: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-81.

PINTO, Álvaro Vieira. Estudo particular do problema da educação de adultos. In: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cortez, 2010. p. 82-93.